



Convocar uma assembleia da categoria já!

Ligar o combate pelas reivindicações mais sentidas ao programa geral de combate ao capitalismo

Os trabalhadores em geral, e os da rede municipal de ensino de SP em particular, são atingidos por várias consequências da crise estrutural do capitalismo, sendo obrigados a dar uma resposta política à altura. São problemas de diferentes tipos e dimensões, desde os pequenos problemas que emergem do cotidiano no chão de escola, na fábrica, no campo etc., até os grandes problemas da luta de classes. Se é certo que os sindicatos devem servir ao enfrentamento de cada um deles, também é certo que não pode dispersar as forças da categoria, têm de estabelecer os eixos principais de luta a cada momento, fazendo a ponte entre as reivindicações elementares e as questões mais gerais.

As questões específicas cada trabalhador da Educação municipal já conhece bem: o dia a dia nas escolas tem sido cada vez mais difícil, faltam as condições para trabalhar, o poder de compra dos salários só tem diminuído, há uma sobrecarga de registros burocráticos etc., resultando em adoecimento e outras tantas consequências nocivas. No momento, a ameaça mais grave corresponde à imposição da Instrução Normativa Nº 24 pelo governo Nunes, que trata da expansão do Programa São Paulo Integral.

Do ponto de vista geral, porém, destacam-se duas grandes questões: o prolongamento da guerra na Ucrânia ameaça a humanidade de conjunto, pois não está descartada a possibilidade de o conflito ultrapassar as fronteiras atuais e se converter em uma conflagração generalizada, uma possível Terceira Guerra, que certamente mobilizaria os artefatos nucleares. Na conjuntura nacional, vemos o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin preservando os fundamentos econômicos dos governos que o precederam.

Como os trabalhadores da Educação devem se posicionar quanto à guerra na Ucrânia?

Em relação ao problema da guerra, pesa enormemente o atraso da classe operária, política e organizativamente. Está ausente o Partido Mundial da Revolução Socialista, vivemos uma profunda crise de direção. A tradição do movimento operário indica que era para estar ocorrendo uma ampla mobilização pelo fim da guerra, mas, excetuando-se algumas importantes ma-

nifestações, não vemos uma verdadeira campanha internacional para pôr fim ao conflito. O que não quer dizer que os trabalhadores estejam paralisados. Não! Explosões instintivas emergem em todos os lugares, embora dispersas e sem uma perspectiva revolucionária.

É papel das direções sindicais e dos movimentos alertar e politizar os trabalhadores quanto aos perigos desse conflito. A maioria esmagadora das direções, no entanto, sequer toca no assunto, como se fosse algo sem relação com a vida dos trabalhadores. A direção do SINPEEM segue essa linha. No último boletim da reunião de Representantes de Escola, por exemplo, simplesmente não se encontra a palavra “Ucrânia”. A tarefa política que está colocada aos sindicatos e movimentos, pelo contrário, deve ser a de vincular o programa de reivindicações da maioria oprimida com o objetivo de pôr fim à guerra na Ucrânia e evitar a sua generalização.

A Corrente Proletária na Educação/POR defende que esta reunião do Conselho do SINPEEM aprove a seguinte resolução: fim da guerra de dominação; por uma paz sem anexação e sem os ditames do imperialismo; desmantelamento da OTAN e fim das bases militares dos EUA/imperialismo na Europa e no mundo; retirada das tropas russas, autodeterminação e integralidade territorial da Ucrânia.

Governo Lula/Alckmin dá continuidade à aprovação das contrarreformas

A eleição de Lula demarcou uma mudança na conjuntura nacional. A substituição do ultradireitista Bolsonaro alimentou e ainda alimenta muitas ilusões nos explorados de que é possível solucionar seus problemas mais candentes pela via da institucionalidade burguesa. Uma parte da esquerda foi tragada nesse processo, o que se verificou, inclusive, no movimento sindical, como o testemunha a conduta de setores do PSOL, PCO e PCB na APEOESP, onde debandaram para o campo da burocracia sindical petista, que dirige com mãos de ferro o sindicato dos estaduais há décadas.

Está claro que o atual governo não é idêntico aos de Temer e Bolsonaro, mas está ficando cada vez mais evidente que dá continuidade ao programa econômico, ditado pelo capital financeiro e que resulta em profundos ataques à vida dos explorados. Lula já declarou que não revogará as contrarreformas trabalhista, previdenciária e da terceirização, além do Novo Ensino Médio. O Novo Arcabouço Fiscal não passa de uma reedição da Lei do Teto de Gastos, aprovada durante a

ditadura civil de Michel Temer. Ironicamente, esse conjunto de medidas, preservado por Lula, compõe o conteúdo do golpe de Estado de 2016, que derrubou a também petista Dilma Rousseff.

Acontece que os capitalistas exigem cortar ainda mais fundo na carne dos oprimidos. Estão em discussão no Congresso Nacional pelo menos duas propostas de ataque à vida das massas, a Reforma Tributária (PEC 45/2019) e a Reforma Administrativa (PEC 32/2020). A primeira já foi aprovada na Câmara, e agora tramita no Senado. O governo defende a medida, afirmando demagogicamente que pretende taxar os mais ricos, para “distribuir renda” e “promover o desenvolvimento nacional”. Por que se trata de demagogia? Porque chega a ser uma afronta falar no orçamento sem tocar no problema da dívida pública. Esta se encontra hoje no patamar de cerca de 73,5% do PIB, o que significa uma fábula de mais de 6 trilhões de reais que vai parar no bolso dos banqueiros e da grande burguesia. Está aí a imagem mais cristalina do caráter semicolonial do Brasil, país de economia saqueada e subordinada.

Especula-se sobre o que acontecerá com os recursos destinados à Educação e outros setores sociais que dependem do ICMS, já que a reforma pretende extinguir esse tributo. O que tem levado as direções sindicais do campo da Educação, a exemplo do SINPEEM, a uma linha corporativista, como se só interessasse a manutenção da vinculação de receitas para esse setor – o que é um grave erro político. Uma direção classista trabalha para unificar os explorados em torno às suas bandeiras e aos seus métodos.

A segunda contrarreforma que consta no rol de medidas a serem aplicadas desde a esfera federal é a Administrativa, que visa eliminar vários direitos históricos do funcionalismo público, principalmente a estabilidade no emprego. Parte dessa contrarreforma já foi aprovada no governo Nunes, quando a nossa categoria perdeu o direito à parte das faltas abonadas, entre outros. O mesmo se passou com o funcionalismo estadual, quando o governador era João Doria.

É preciso rechaçar a farsa do “ensino integral”

Esses projetos (contrarreformas Tributária e Administrativa) ainda não foram aprovados, o que implica a necessidade de organizar a luta dos trabalhadores para que sejam derrubados. Tal combate deve ser ligado à batalha pela revogação das já aprovadas, o que inclui a Instrução Normativa Nº 24, da expansão do São Paulo Integral.

A farsa do ensino integral tem se camuflado por trás da ideia abstrata do “desenvolvimento global das capacidades dos educandos”, o que está muito distante da realidade. Pelo contrário, a Educação que existe é mutiladora das potencialidades físicas e intelectuais da juventude e dos trabalhadores. Na prática, o ensino integral tem resultado em mais tempo de permanência na mesma escola falida de sempre. Expulsa o estudante-trabalhador, devido ao aumento da carga horária, e prejudica os trabalhadores em Educação, com aumento da jornada, preservando os míseros salários e colocando em risco o acúmulo de cargos - vale lembrar que o professorado só acumula, pois os salários não são

suficientes para o sustento da família.

Erguer a oposição revolucionária ao governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin, e combater a direita e ultradireita com os métodos da luta de classes

Como se vê, não faltam motivos para os trabalhadores se mobilizarem. Os ataques são muito duros. A direção do SINPEEM tem de organizar o enfrentamento às medidas, convocando uma assembleia imediatamente. Não podemos esperar o ano que vem – será tarde demais. Ao mesmo tempo, é necessário levantar a luta defensiva a partir das reivindicações elementares das massas, para que os explorados possam fazer a experiência com o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin, ao mesmo tempo em que se combate Nunes e Tarcísio.

As direções do SINPEEM e dos demais sindicatos, confederações, centrais e movimentos devem trabalhar para unificar os oprimidos no campo da independência de classe. Para isso, precisam convocar as assembleias presenciais (por consequência, rejeitar os REs e demais instâncias virtuais), construir os comitês, realizar os atos de rua, enfim, colocar suas bases em movimento, com o método da ação direta coletiva. Está aí o conteúdo da consigna de oposição revolucionária ao governo Lula; está aí também o caminho por onde os explorados enfrentarão as tendências fascizantes da burguesia.

Forjar as frações revolucionárias nos sindicatos

O problema é que os sindicatos – o SINPEEM incluído - se encontram profundamente burocratizados. O setor majoritário da nova Diretoria do SINPEEM acumula um extenso rol de medidas absolutamente contrárias ao princípio da democracia operária: venceu a última eleição com a manobra do envio das senhas pelos Correios; “escolheu” de forma absolutamente arbitrária e autoritária os delegados da categoria para o último CECUT-SP, ocorrido na Praia Grande; fez mais um RE virtual na semana passada, formato inteiramente controlado pela própria direção, ferindo novamente os mais elementares mecanismos da democracia operária etc. Agora, está preparando mais um Congresso distraçionista, despolutizado, acadêmico e festivo.

É preciso combater o burocratismo da direção do SINPEEM, fortalecendo a oposição e forjando uma fração classista e revolucionária. É preciso eleger delegados de luta para o Congresso, para que possamos superar os entraves impostos pela burocracia sindical. Mais do que isso, é necessário enraizar a luta oposicionista em cada escola, reforçando e dando forma sistemática e organizada às tendências instintivas que emergem do chão de escola. A Corrente Proletária na Educação/POR defende que a Oposição deve se reunir o quanto antes, para tomar as resoluções necessárias nesse sentido.